

EDITORIAL

Dossiê: FILOSOFIA DA LINGUAGEM E SEMIÓTICA

SAPERE AUDE – V. 7, N. 14, Jul./Dez. 2016

É importante começar dizendo que há várias semióticas, e não apenas uma forma de pensar o signo e os processos de significação ou de fazer sentido. Há, por exemplo, aquilo que Umberto Eco aponta em seu *Semiótica e filosofia da linguagem*: as semióticas específicas se debruçam sobre sistemas especializados de produção de sentido. Temos, assim, as semióticas discursivas, as fílmicas, as médicas, e assim por diante. Todas, contudo, assumem uma tarefa única vis-à-vis seus objetos de escolha: todas procuram interpretar aquilo que é percebido como sinal em sua relação com o fenômeno assinalado pelo sinal.

Por isso mesmo, talvez seja possível alinhá-las todas de acordo com uma de duas possíveis gêneses: uma tradição linguística, iniciada por Ferdinand de Saussure, que guarda alguma semelhança com algo formulado bem antes, por Santo Agostinho, na medida em que Saussure postula um algoritmo para o signo como a relação entre um significante e um significado (que Agostinho chamava, respectivamente, de *signum* e *signatum*). Saussure, entretanto, limita o âmbito da significação apenas às línguas naturais, o que não impede que muitos pensadores utilizem a formulação saussureana para discutir aspectos da fotografia (Barthes), da cultura (Lotman e o grupo de Tartu), ou da psicanálise (Jacques Lacan). A outra vertente é a filosófica e abrange mais do que apenas o verbal. Essa tradição filosófica se inicia lá com os gregos (a mera ocorrência de termos como *semeion*, mimese, diegese, simulacro, *eikon*, etc., já é indicação da presença do raciocínio semiótico entre eles, ou, pelo menos, da importância do pensar sobre a linguagem), e é avançada por Santo Agostinho, Pedro da Fonseca, João Poinot, John Locke, Charles S. Peirce, Martin Heidegger, Jürgen Habermas e Karl-Otto Apel, além de Husserl e Merleau-Ponty, só para mencionar alguns.

Com efeito, ao propor o algoritmo *signum/signatum*, Agostinho mostra claramente sua filiação ao pensamento platônico, principalmente porque o signo é, para ele, uma entidade do real e tem caráter principalmente sensível e indicial. A fumaça é signo de fogo, a nuvem o é de chuva e o rastro do animal aponta para a direção em que ele seguiu. Alguns séculos mais

tarde, o jesuíta português Pedro da Fonseca, em sua análise do pensamento aristotélico *Institutionum dialectarum* (1534) propõe pensar que o signo é mais do que uma manifestação sensível. Na verdade, o que faz do signo um signo não é seu caráter sensível de causação eficiente, mas sim uma causação formal e extrínseca a ele, isto é, o signo só funciona como tal na medida de uma interpretação. Entra em jogo, portanto, um sujeito julgador da qualidade significativa de algo tomado como signo, e não pensado ontologicamente como tal. A mesma coisa propõe outro português, João Poinset, leitor de Pedro da Fonseca, que, um século mais tarde, lança o primeiro *Tractatus de signis*. Curiosamente, esse livro é publicado no ano de nascimento de John Locke que, em 1690, propõe pela primeira vez, em seu *Ensaio concernente ao entendimento humano*, que uma ciência das ideias deveria ser criada com o nome de *semeiotick*. Note-se que estamos falando agora de ideias, e não mais de linguagem verbal, apenas, como quer Saussure. Trata-se de algo bem mais amplo, que consegue chegar aos domínios, por exemplo, das trocas significativas entre grupos de animais (zoosemiótica), ou do universo vegetal (fitossemiótica), extrapolando muito o tradicional cerceamento do pensar em torno do antroposemiótico. Daí, a discussão semiótica chega a alcançar os comportamentos físicos, gestuais, icônicos, artísticos, e, claro, as performances verbais. O signo é, portanto, visto como algo que medeia entre nós e os fenômenos, segundo alguma lógica fenomenológica, isto é, todas as diferentes manifestações semióticas têm, no seu âmago, a eterna pergunta implícita na *Bedeutung*, o querer-dizer de Husserl. E se Husserl pergunta “o que é o signo?”, ele já não o submete a algum desígnio ontológico, isto é, ele não segue o clássico procedimento de atribuir à significação alguma submissão à verdade ou ao ser. E o signo não tem que fazer parte de um conjunto de sons organizados segundo alguma sintaxe.

É como diz Derrida acerca de Husserl:

Afirmando que ‘a *Bedeutung* lógica é uma expressão’, que ‘só há verdade teórica em um enunciado’, empenhando-se resolutamente em uma questão sobre a expressão linguística como possibilidade da verdade, não pressupondo a unidade de essência do signo, Husserl pareceria estar invertendo o sentido do procedimento tradicional e respeitando, na atividade da significação, aquilo que, não tendo verdade em si, condiciona o movimento e o conceito da verdade. E, efetivamente [...] dedicará uma atenção progressiva àquilo que, na significação, na linguagem e na inscrição que consigna a objetividade ideal, *produz* a verdade ou a idealidade, mais do que a registra.

Curiosamente, o que lemos em Peirce não destoa dessa percepção de Derrida. Com efeito, ao definir o signo como algo que se relaciona a outro algo segundo algum aspecto para

alguém, e, com isso, produz um signo análogo que se refere ao segundo algo assim como o primeiro o faz, ad infinitum, todo o peso do processo significativo passa a ser não mais a referência indicial (apesar de sabermos que ela existe e é importante nos processos cotidianos de entendimento), mas os conteúdos da interpretação (que a semiótica peirceana denomina *interpretantes*) ou, em outras palavras, a *Bedeutung* em sentido lato. Essa percepção do que vem a ser o significar não fica distante das teorias hermenêuticas, tanto as tradicionais quanto as contemporâneas. Esse poder concedido à interpretação pode, no limite, derrotar o pensamento simplista de que a verdade do dizer estaria na correspondência ponto a ponto com o dito – *adequatio* – já que a interpretação depende de circunstâncias contextuais, culturais e, principalmente, emocionais. Um dos postulados mais basais da teoria semiótica é uma retomada de Aristóteles: as declarações sobre o mundo envolvem *logos*, *ethos* e *pathos* simultaneamente.

Por isso, o dossiê ora apresentado é de grande valia para todos nós, estudiosos da linguagem e do pensamento. Aliás, seria possível pensar sem signos?

Júlio Pinto